

RECURSO ESPECIAL Nº 1.341.569 - CE (2012/0183479-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ARNALDO OLIVEIRA PEREIRA CARDOSO E OUTROS
ADVOGADO : MARIA DE JESUS PEREIRA ROSA E OUTRO(S) - CE009024

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 118):

PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - REAJUSTE DE 3,17% (LEI Nº 8.880/94) - PAGAMENTO PARCELADO NO PERÍODO DE SETE ANOS - MESES DE AGOSTO E DEZEMBRO, A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2002 - ART. 11 DA MP Nº 2.225-45/2001 - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA.

1. A orientação jurisprudencial do Plenário desta Corte, que se faz harmônica ao pacífico e reiterado entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, é no sentido de ser devido aos funcionários públicos federais o reajuste residual de 3,17%, a contar de janeiro de 1995, consoante disposições inscritas nos artigos 28 e 29, parágrafo 5º, da Lei nº 8.880, de 1994, havendo, inclusive, o reconhecimento expresso do direito dos servidores à diferença de 3,17%, por força do disposto no artigo 8º da Medida Provisória nº 2.225-45/01, de 4 de setembro de 2001, que mandou aplicar o mencionado reajuste, com incorporação aos vencimentos dos servidores a partir de 1º de janeiro de 2002.

Precedente: (TRF5, AR nº 2.325 - AL, Pleno, DJU 15.09.2000, p. 425).

2. O fato da MP 2.225-45/01 ter disciplinado a forma de pagamento do passivo devido até a efetiva implantação do percentual de 3,17% não tem o condão de impedir a presente ação, uma vez que foi estabelecido de forma diversa da que pretende a parte demandante. Ademais, o direito reclamado surgiu do fato da Administração, não ter aplicado o percentual de 3,17% nos seus contra-cheques, nas épocas próprias, e não, a partir da MP 2.225-45/01.

3. Com a presente demanda, a parte autora busca um direito que lhe é devido por determinação do art. 29, da Lei nº 8.880/1994, para o qual, na realidade, sequer havia necessidade da União reconhecer através da MP nº 2.225-45/01, bastava, tão-somente, cumprir o determinado na lei.

5. Apelação provida.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados (e-STJ, fls. 144/149).

A recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 28 e 29 da Lei n. 8.880/1994.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta, em suma, que, "nos termos do que explicitou o art. 8º da Medida Provisória n. 2.225-45/2001, o reajuste de 25,94% já fora concedido desde o início aos servidores militares, razão pela qual os 3,17% (diferença entre aquele índice e os 22,07% concedidos aos civis) só aos servidores públicos civis eram devidos" (e-STJ, fl. 157).

Argumenta que "o eventual acolhimento da pretensão autoral constituiria *bis in idem*, pois estaria sendo concedido à parte autora um índice que já está incorporado à sua remuneração desde a época do surgimento da causa de pedir" (e-STJ, fl. 159).

É o relatório.

Assiste razão à recorrente.

A orientação do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que os servidores públicos militares não fazem jus ao reajuste de 3,17% oriundo da diferença entre o índice de 22,07% e o percentual de 25,94%, já que, desde o advento da Lei n. 8.880/1994, estes militares já foram contemplados com a integralidade do reajuste de 25,94%.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. SERVIDORES MILITARES. RESÍDUO DE 3,17%. DIFERENÇA ENTRE OS ÍNDICES DE 25,94% E 22,07%. REAJUSTE INDEVIDO. AUTORES CONTEMPLADOS COM A INTEGRALIDADE DO REAJUSTE DE 25,94% DESDE O ADVENTO DA LEI 8.880/94.

[...]

2. Os militares não fazem jus ao reajuste de 3,17%, oriundo da diferença entre o índice de 22,07% (variação do IPC-r) e o percentual de 25,94%, uma vez que, desde o advento da Lei 8.880/94, estes já foram contemplados com a integralidade do reajuste de 25,94%.

3. Precedentes: REsp 639.881/CE, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 29.10.2009, DJe de 30.11.2009; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1082987/CE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 14.09.2010, DJe de 04.10.2010.

Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 1.307.528/MA, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/5/2013, DJe 28/5/2013)

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. OCORRÊNCIA DE OMISSÃO NO JULGADO. ÍNDICE RESIDUAL DE 3,17%. REAJUSTE NÃO DEVIDO AOS SERVIDORES MILITARES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES.

1. Constatada a efetiva ocorrência de erro material que, uma vez sanado leva à alteração das premissas do julgado, é possível a concessão do pretendido efeito infringente.

Superior Tribunal de Justiça

2. O índice de 3,17% foi concedido aos Servidores Cíveis do Executivo Federal em decorrência da diferença entre os reajustes de 25,94% e 22,07% efetivamente recebidos. Assim, se os Militares, desde o advento da Lei 8.880/1994, já haviam sido contemplados com a integralidade do reajuste de 25,94%, não fazem jus ao resíduo de 3,17%. Precedentes.

3. Embargos Declaratórios acolhidos, com efeitos infringentes para conhecer do Recurso Especial e lhe dar parcial provimento para afastar a condenação ao pagamento aos Servidores Militares do índice residual de 3,17%.

(EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.082.987/CE, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 14/9/2010, DJe 4/10/2010)

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. DIFERENÇAS ENTRE O PERCENTUAL EFETIVAMENTE RECEBIDO E O ÍNDICE DE 28,86%. CABIMENTO. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO. REAJUSTE DE 3,17% NÃO DEVIDO AOS MILITARES.

1. As Leis n.os 8.622/93 e 8.627/93 instituíram uma revisão geral de remuneração, conforme o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, no patamar médio de 28,86%, razão pela qual deve ser estendida a todos os servidores públicos federais, tanto civis como militares.

2. Os servidores públicos civis e militares somente têm direito à diferença entre o percentual de 28,86% e os índices efetivamente recebidos em razão da Lei n.º 8.627/93.

3. Tendo sido os militares, desde o advento da Lei n.º 8.880/94, contemplados com a integralidade do reajuste de 25,94%, não lhes é cabível perceber o reajuste de 3,17%.

4. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 639.881/CE, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 29/10/2009, DJe 30/11/2009)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para restabelecer a sentença de e-STJ, fls. 88/91, afastando a condenação ao pagamento aos servidores públicos militares do índice residual de 3,17%.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro